

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Vai privatizar migalhas?	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Temores ambientais	3
Título: Estatismo custoso	4
Título: É essencial ao país manter-se no Acordo de Paris.....	5
Título: Celulares antecipam o horário de verão e confundem usuário	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Desnacionalização de empresas avança no Brasil	9
Título: Falha ‘antecipa’ horário de verão em celulares.....	11
Título: Sob influência das eleições, papéis de estatais turbinam alta da Bolsa	12
Título: Bolsonaro confirma fusão de ministérios	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Embate ambiental.....	16
VEÍCULO: Valor Econômico.....	19
Título: Dados do Inpe sugerem aceleração da área desmatada na Amazônia	19
Título: Aneel retoma julgamento de linhões da Eletrosul	20
Título: Petrobras conclui primeira fase de testes de Mero e vai às compras	21
Título: Saesa retoma disputa de R\$ 1 bi com distribuidoras	23
Título: Destaques	25
Título: Votorantim Energia e CPPIB entre as grandes geradores.....	25

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/10/2018****Seção:****Autor: Eduardo Oinegue****Título: Vai privatizar migalhas?**

Se Bolsonaro preservar as quatro megaestatais, como sugere, seu projeto de desestatização pode ser frustrante

Embora o programa do PSL fale em privatização robusta, e Paulo Guedes advogue uma venda radical de estatais, quem manda parece não ter decidido o que fará se for eleito. Jair Bolsonaro já admitiu à Globo News a venda total da Petrobras, mas já implicou com a origem do capital comprador de estatais. “Você vai deixar nossa energia na mão do chinês?”, perguntou na Band. Sua linha atual é a seguinte: “Não podem ser privatizadas as que geram energia, Banco do Brasil, Caixa Econômica, talvez o miolo da Petrobras, seria por aí.

Agora, de 140 e poucas estatais, acredito que mais de 100 dá para privatizar tranquilamente”. Ainda que citadas como exceções, Eletrobras, BB, Caixa Econômica e Petrobras são o filé das estatais. Representam 78% dos ativos e 88% do patrimônio de tudo. As distribuidoras da Eletrobras já começaram a ser vendidas. Há conversas também sobre transmissão. O passo natural seria considerar as “que geram energia”.

No caso da Petrobras, ainda que não seja um pedaço de pão, está claro que o tal “miolo” que ele quer manter é mais valioso do que a “casca” que topa vender. Além disso, se preservar as gigantes, não haverá “mais de 100” empresas para privatizar, mas 50. O Brasil possui 144 estatais, as quais 94 estão nos quatro conglomerados. A Caixa é formada por 2 subsidiárias.

O BB, por 16. A Eletrobras, por 35. E a Petrobras, por 41. Nas 50 estão o BNDES, a Companhia Nacional de Abastecimento e a Ebserh, que cuida dos hospitais universitários. Estão a Nuclebrás, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e a Embrapa, vital para o agronegócio, que nem preço de mercado tem porque é dependente do Tesouro.

Vender as “estatais do Lula e da Dilma” não é opção. Das 46 criadas no período, 38 também pertencem às quatro grandes e ao BNDES. Fora daí, quanto renderiam criações de Lula, como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) ou

uma tal Ceitec, que faz chip para monitorar gado? Mesmo firmas mais antigas valem pouco, feito a Imbel, do governo Geisel, que fabrica fuzis, pistolas, facas e barracas.

A postura atual de manter o miolo e vender as cascas parece abrigar um conflito na visão de país de Bolsonaro. Ele defende firmemente tirar o Estado das costas da sociedade, mas hesita em tirá-lo da economia, mantendo-o forte apenas na regulação, na imposição de leis, no respeito aos contratos e nas funções típicas.

Se eleito, pode investir em concessões e vender a Infraero e os Correios, mas não terá um plano graúdo sem as quatro grandes. O risco de separar miolo e casca é fazer sua privatização render só migalhas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/10/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Temores ambientais

Intenções de Bolsonaro, como retirar o Brasil do Acordo de Paris e extinguir ministério do setor, parecem inspiradas em teses anacrônicas

Aliado do agronegócio e subscritor de antiquadas teses militares, o presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) tem indicado propósitos no campo ambiental que, tomados em conjunto, representam claras ameaças de retrocesso, em particular quanto à Amazônia.

O candidato que lidera com folga as pesquisas de intenção de voto no segundo turno já indicou que pretende retirar o país do Acordo de Paris —que, assinado em 2015, tem a inadiável tarefa de reduzir a emissão de gases que promovem o aquecimento global. No nosso caso, esse compromisso envolve o combate ao desmatamento ilegal.

Fora do acordo, o Brasil teria a companhia dos Estados Unidos de Donald Trump. Difícil imaginar como ficariam as relações diplomáticas com cada um dos demais 196 membros do tratado, ainda mais a considerar que Brasília não tem o mesmo poder de barganha de Washington.

Ressalte-se que a ideia contradiz o que o próprio Bolsonaro afirma sobre mudança climática. Ao contrário de Trump, o capitão reformado não refuta o consenso científico sobre a enorme gravidade do problema. Já declarou, inclusive, que aquecimento global "poderia ser o fim até da espécie humana".

O que aparentemente move o presidencialável contra o acordo é o decantado temor quanto à internacionalização da Amazônia, que agora se daria a pretexto da preservação ambiental e da promoção de direitos indígenas.

Esse receio anacrônico já produziu efeitos daninhos durante a ditadura militar. Sob o lema "integrar para não entregar", extensas áreas da região foram ocupadas de forma desordenada —e sofrem ainda hoje com baixa produtividade, crimes ambientais, bolsões de pobreza e conflitos fundiários.

Outro risco está associado à extinção do Ministério do Meio Ambiente, que seria incorporado à pasta da Agricultura ou ao setor de infraestrutura. Não que haja algo de errado em fundir órgãos de governo, ao contrário. O problema está em subordinar uma pauta à outra.

O debate sobre o tema tem sido contaminado pela polarização ideológica entre ambientalistas e ruralistas, com um tanto de miopia de ambos os lados.

Se o agronegócio é sem dúvida vital para a geração de renda no país, os produtores de pensamento mais moderno entendem que a conquista de mercados internacionais depende também dos cuidados com a preservação.

A poderosa bancada de parlamentares ligados ao setor agrícola, infelizmente, não raro se mobiliza por interesses imediatos contra órgãos de controle.

A redução da burocracia e a agilização de processos são obviamente desejáveis; há que fazê-lo, porém, sem esvaziar os meios de combate ao desmatamento, ao garimpo e à extração de madeira promovidos de maneira ilegal na Amazônia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/10/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Estatismo custoso

Numa decisão ilógica, que parece mais decorrer de artimanhas políticas, o Senado rejeitou por 34 votos a 18 o projeto de lei que buscava o saneamento financeiro da Amazonas Distribuidora, uma subsidiária da estatal Eletrobras.

Com a derrota do governo, deixam de ser repassadas para a Eletrobras as dívidas da distribuidora —cujo leilão de privatização, marcado para quinta-feira (25), fica seriamente ameaçado.

Embora até agora o certame esteja mantido, é duvidoso que vá haver interessados, em razão da insegurança jurídica. Dado que a concessão da empresa está vencida, sem a venda há risco de liquidação no final deste ano.

Tal cenário seria o pior possível, pois resultaria na absorção de pelo menos R\$ 13 bilhões em dívidas pela Eletrobras, sem a contrapartida que seria obtida com a privatização, além da demissão imediata de todos os funcionários.

É evidente que o governo buscaria uma saída para a continuidade temporária da prestação dos serviços, mas de todo modo teria que relutar a concessão.

A decisão do Senado também inviabilizou a solução imediata de outro grave problema que aflige o sistema —a inadimplência relativa ao chamado risco hidrológico, que se concretiza quando a geração efetiva de energia diverge do contratado em razão da necessidade de preservar água nos reservatórios.

O texto previa que as hidrelétricas abririam mão de liminares obtidas na Justiça, em troca da extensão de suas concessões.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), que trabalhou para derrubar o projeto de lei, argumentou que a venda da Amazonas Distribuidora resultaria em aumento de tarifas para o consumidor. Para os parlamentares, existe a vantagem de manter o poder de negociação com o próximo governo.

Indiscutível é que se colocam em risco a sobrevivência da empresa e o bem-estar dos consumidores.

De todo modo, o tema precisará ser tratado rapidamente após as eleições. Das seis distribuidoras da Eletrobras, quatro já foram vendidas, restando a amazonense e a Ceai, de Alagoas. A partir daí, vem o principal —a modelagem para a privatização da Eletrobras.

A proposta atual prevê que a estatal emita novas ações em mercado para obter recursos para investimentos. A União teria sua participação reduzida e preservaria certas prerrogativas. É natural que o próximo presidente reveja tal modelo, mas os planos para a desestatização deveriam continuar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/10/2018

Seção: Tendências / Debates

Autor: :: Carlos Mine, Gustavo Krause, Izabella Teixeira, José Carlos Carvalho, José Goldemberg, José Sarney Filho, Marina Silva e Rubens Ricupero

Título: É essencial ao país manter-se no Acordo de Paris

Não podemos desembarcar do mundo

Um dos grandes desafios do século 21 está na implementação do desenvolvimento sustentável, conforme decidido, em 2015, com a aprovação da Agenda 2030, na Assembleia-Geral da ONU, com o apoio de 195 países. Esta decisão é resultado de um longo processo que se iniciou em Estocolmo, em 1972, e que, de lá para cá, teve o Brasil como um dos protagonistas, tornando-nos, reconhecidamente, um dos grandes atores dessa matéria na agenda internacional.

Ainda na década de 70, o Brasil deu importantes passos na institucionalização da questão ambiental com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), em 1973, e com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, ainda no regime militar. No âmbito dos governos estaduais, houve processo similar, com a criação de agências estaduais de meio ambiente, revelando-se, assim, a incorporação da temática ambiental no poder público e a consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil tomou-se um dos primeiros países a tratar com destaque a questão ambiental em vários dispositivos constitucionais, o que só foi possível pela articulação de uma frente suprapartidária na Assembleia Nacional Constituinte, sob a coordenação do ex-deputado Fabio Feldmann. Nos direitos dos povos indígenas, a Constituição trouxe um avanço incontestável com o artigo 231, que teve no senador Jarbas Passarinho (1920-2016) um dos seus principais apoiadores.

Expurgando-se o calor inerente às campanhas eleitorais, espera-se que o futuro presidente compreenda a importância estratégica para o país da manutenção e valorização das instituições públicas de meio ambiente essenciais ao cumprimento da Constituição de 1988, em especial o Ibama e o ICMBio. Com isso, continuaremos a garantir um caminho claro na direção do desenvolvimento sustentável que, inexoravelmente, atende às aspirações da sociedade, independentemente das escolhas do eleitorado no próximo dia 28.

É inegável a necessidade de dar continuidade ao aperfeiçoamento da gestão ambiental no Brasil, que vai além dos temas relacionados ao uso da terra.

Especial atenção deve ser dada aos instrumentos de avaliação de impacto ambiental e ao licenciamento ambiental, sem ignorar a sua importância para

a tomada de decisão dos processos de desenvolvimento e a envergadura da jurisprudência consolidada em nosso país e na esfera internacional.

O aquecimento global, por sua vez, é reconhecido pela comunidade científica e por toda a comunidade internacional como o maior desafio da humanidade nas próximas décadas.

O Brasil, com liderança inequívoca nesta matéria, quer pela competência da sua diplomacia, quer por determinações da Política Nacional de Mudança do Clima, só tem a ganhar mantendo os esforços a favor de uma economia de baixo carbono, no combate ao desmatamento ilegal, no desenvolvimento da indústria florestal e na consecução dos objetivos do Acordo de Paris.

Já estamos sofrendo os impactos negativos do aquecimento global com o aumento de desastres naturais, seca prolongada no semiárido e alteração dramática do nosso regime hidrológico, com riscos evidentes nas atividades das hidrelétricas e vulnerabilidades na produção agrícola e no abastecimento de água nos centros urbanos.

A megabiodiversidade brasileira representa enorme potencial para o desenvolvimento de novas economias nos campos farmacêutico, químico, cosmético e de alimentos. As Unidades de Conservação, por sua vez, são ativos importantes de desenvolvimento regional, podendo gerar ganhos sociais e econômicos, além de importante instrumento de defesa do território nacional.

Nós, que participamos ativamente da construção das instituições ambientais do Brasil nos últimos 30 anos, entendemos que o próximo presidente da República terá a oportunidade de compreender a importância da manutenção do Ministério do Meio Ambiente e da permanência do Brasil no Acordo de Paris para a liderança brasileira na agenda nacional e global do desenvolvimento sustentável.

Não podemos correr o risco de isolamento político internacional ou do fechamento de mercados consumidores para as nossas exportações. Não podemos desembarcar do mundo em pleno século 21

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 22/10/2018**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Celulares antecipam o horário de verão e confundem usuário

Mudança do horário ocorrerá no próximo dia 4 de novembro, dia de prova do Enem

São Paulo- Usuários das redes sociais de diferentes estados do país relataram no início da madrugada deste domingo (21) que os horários de seus celulares e computadores "pularam" automaticamente de meia-noite para uma hora da manhã, como se fosse o início do horário de verão no Brasil.

Por decisão do governo federal, o horário de verão começará apenas no dia 4 de novembro, e não em outubro, como em anos anteriores.

A alteração automática provocou confusão e gerou dúvidas entre aqueles que não tinham certeza sobre o início do horário de verão.

"Por favor, alguém pode me informar que horas são?", perguntou um usuário do Twitter no início da madrugada. "Não estou entendendo nada", escreveu outra pessoa. "Se ninguém me falasse, eu nem ia perceber que já é horário de verão", confundiu-se uma internauta.

No Twitter, por exemplo, os termos "horário de verão" e "que horas são" ficaram entre os dez primeiros assuntos comentados durante a madrugada no Brasil.

Há uma semana, uma falha provocou o avanço do horário de verão em celulares da operadora TIM.

A empresa pediu desculpas a seus clientes. De acordo com os relatos na madrugada deste domingo, desta vez o problema afetou celulares de várias operadoras e sistemas operacionais, em diversas partes do país, além de computadores.

O anúncio de que o horário de verão começará em 4 de novembro foi feito pelo governo federal na segunda-feira (15).

Esse foi um recuo de uma decisão anterior, quando o governo havia acatado pedido do Ministério da Educação para adiar em duas semanas o início, por

causa do primeiro dia de provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O segundo domingo de provas será em 11 de novembro.

Normalmente, o programa começa em outubro, mas neste ano houve postergação para que a data não coincidisse com o segundo turno das eleições, marcado para este próximo domingo, dia 28.

Procuradas na manhã deste domingo, as operadoras Claro e Oi não enviaram comunicados para explicar o problema. A assessoria de imprensa da Vivo foi procurada por volta das 22h de sábado (20), mas afirmou que não tinha informações sobre o caso. Até a conclusão desta edição, na noite deste domingo, não havia enviado explicação.

Em nota, o Sinditelebrasil (sindicato que reúne as empresas de telefonia do país) afirma que "esse ajuste não foi realizado pelas operadoras" e não dá estimativa de quando o problema será solucionado. Até as 10 horas deste domingo os relógios ainda marcavam horário uma hora à frente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Desnacionalização de empresas avança no Brasil

Fusões e aquisições. Grupos estrangeiros compraram participação em quase 400 companhias nacionais nos últimos cinco anos, com aportes de R\$ 133 bilhões; só no ano passado, número de transações envolvendo capital externo aumentou 40%, para 108

Nos últimos cinco anos, quase 400 empresas brasileiras passaram para as mãos de estrangeiros no País. Eles desembolsaram R\$ 133 bilhões nesse período para comprar participações em companhias nacionais. O movimento vem crescendo desde 2014, mas ganhou destaque no ano passado, quando as transações envolvendo capital externo avançaram 40% – de 75, em 2016, para 108.

Neste ano, a expectativa é que, definido o cenário eleitoral na próxima semana, novas operações sejam anunciadas, elevando ainda mais a presença de grupos internacionais no País. Na lista de anúncios esperados, estão operações envolvendo duas gigantes nacionais: Embraer e Braskem.

Os números – levantados pela Transactional Track Record (TTR), que acompanha o volume de fusões e aquisições no mundo – refletem o cenário

econômico nacional e externo. Enquanto o Brasil patina na retomada da economia, com empresas em dificuldade e real desvalorizado, o mundo vive uma onda de elevada liquidez. Isso fez os ativos brasileiros virarem alvo de estrangeiros, que veem o Brasil como um mercado consumidor importante.

“Estamos com limite de poupança interna e o mundo tem capital em abundância. Esses recursos que vêm do exterior são até necessários para que as empresas continuem operando”, afirma o professor do Insper, Sérgio Lazzarini, autor do livro *Capitalismo de Laços – Os donos do Brasil e suas conexões*.

Ele lembra que empresas importantes para a economia brasileira caíram na Lava Jato e foram obrigadas a vender ativos para pagar dívidas e reforçar o caixa – a exemplo de Odebrecht que se desfez de vários negócios, como a Odebrecht Ambiental, vendida para a canadense Brookfield.

“Na recessão, quem tinha dinheiro para marcar território eram os estrangeiros.” Os americanos, chineses e franceses foram os que mais se aproveitaram dessa fase de “Brasil barato”, segundo o levantamento da TTR, feito a pedido do Estado. No ranking por número de transações, os EUA fecharam 75 operações entre 2014 e 2018; China, 23; e França, 22. Um dos negócios fechados recentemente pelos americanos foi o da multinacional Archer Daniels Midland Company (ADM), que comprou ativos da empresa brasileira Algar Agro.

O negócio incluiu as instalações de processamento de oleaginosas em Uberlândia (MG) e Porto Franco (MA). Os chineses foram mais ativos no setor de infraestrutura – o que virou alvo de crítica por parte do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Ele sinalizou restrição ao capital chinês, especialmente no setor de energia, se for eleito.

Nos últimos anos, os asiáticos injetaram bilhões de reais no setor para comprar hidrelétricas das estatais Cesp e Cemig e a distribuidora de energia CPFL. Além disso, controlam o Porto São Luís (MA) e têm outros negócios em andamento, como a aquisição da Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira. Os franceses, na terceira posição no ranking da TTR, também compraram ativos importantes na área de energia renovável, petróleo, aeroportos (Aeroporto de Salvador) e tecnologia.

“Esse movimento vai além da crise; são decisões estratégicas de investidores que olham um horizonte mais longo e veem que, independentemente de quem for governar o Brasil, as reformas são necessárias para o País voltar a crescer”, diz Thiago Rocha, diretor da área de fusões e aquisições do Credit Suisse. Ele afirma que tem percebido um aumento do interesse dos estrangeiros pelo País, especialmente dos europeus.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 22/10/2018**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Falha 'antecipa' horário de verão em celulares

Relógios de smartphones foram adiantados por engano em uma hora; usuários relatam transtornos e operadoras dizem que não fizeram ajuste

O sono de domingo ficou mais curto para parte dos usuários de smartphones de todo o País. É que uma falha fez com que os relógios dos aparelhos fossem adiantados em uma hora automaticamente, mesmo antes do início do horário de verão, programado para o próximo dia 4 de novembro. À meia-noite, clientes das operadoras de celulares tiveram os relógios dos telefones adiantados por engano.

A falha virou um dos assuntos mais comentados do Twitter e causou transtorno aos usuários. A vendedora Verônica Oliveira, de 30 anos, achou que estava atrasada. Ela leva quase duas horas para ir de casa até o trabalho, em uma loja de doces na zona oeste de São Paulo. “Tinha de abrir a loja às 13h. Quando olhei no telefone, já eram 11h40. Corri para me arrumar.”

Os bilheteiros Eduardo Lima e Gleide Jane também se espantaram com o horário de verão “antecipado”. “Geralmente, avisam antes”, diz ele. Ela, que estava mexendo no celular à meianoite de ontem, quando o relógio do aparelho passou a marcar 1h, achou que o problema fosse apenas no seu telefone. “Mudei para o horário certo por minha conta, pelo menos não perdi uma hora de sono.”

Lauro Ortega, de 67 anos, não teve a mesma sorte e chegou ao trabalho uma hora mais cedo. Ele é funcionário do estacionamento de um supermercado na Vila Mariana, em São Paulo, e colocou o telefone para despertar às 4h, com a intenção de chegar às 6h no trabalho. “Só percebi que o relógio estava errado quando cheguei no serviço.” Na última segunda-feira, o governo anunciou que o horário de verão começará no dia 4 de novembro.

A mudança do início do horário de verão, que geralmente começa em outubro, foi feita pelo presidente Michel Temer a pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O pedido havia sido feito para que a troca de horário começasse após o segundo turno das eleições, no próximo domingo.

O Ministério da Educação também havia pedido que o início do horário de verão fosse adiado em duas semanas, devido ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O governo concordou, mas voltou atrás. De acordo com o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular (Sinditelebrasil), o ajuste nos relógios dos aparelhos não foi feito pelas operadoras.

A entidade disse não saber o que originou a falha. Segundo o Estado apurou, o relógio dos aparelhos geralmente é configurado pelas redes das operadoras. O problema também afetou alguns relógios de rua em São Paulo. Segundo a SPObras, vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, as empresas de telefonia celular que prestam o serviço, por meio de chips, à concessionária responsável pelos relógios tiveram problemas para reverter a programação do horário de verão previsto inicialmente para ontem.

Segundo a concessionária, a situação já havia sido normalizada ontem. Há uma semana, o mesmo problema já havia ocorrido em aparelhos de clientes da operadora TIM. A falha foi relatada tanto por usuários do sistema Android quanto do iOS. Na ocasião, a empresa de telefonia reconheceu que um problema no sistema fez com que alguns modelos de smartphones tivessem seus relógios adiantados.

DOUGLAS GAVRAS e NAIANA OSCAR

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2018

Seção: Economia

Autor: Anna Carolina Papp Gabriel Roca

Título: Sob influência das eleições, papéis de estatais turbinam alta da Bolsa

Apesar de representarem 20% do Ibovespa, estatais foram responsáveis por 62% da alta do índice nos últimos 30 dias

A recente evolução do quadro eleitoral deu um novo fôlego à Bolsa: no último mês, ela subiu mais de 7%. Essa valorização foi puxada por ações de empresas estatais – o que o mercado nomeou de “kit eleição”. Mesmo representando 20% da carteira do Ibovespa – termômetro do mercado acionário no País –, essas ações foram responsáveis por 62% da alta do índice no período.

Caso se confirme um novo governo com agenda reformista, que contemple privatizações, esses papéis podem continuar subindo por mais algum tempo. Especialistas, no entanto, aconselham esse tipo de investimento só para o longo prazo, pois ainda há espaço para muita volatilidade. O “kit eleição” ganhou esse

nome porque as estatais sofrem mais diretamente a influência das decisões do governo do que empresas privadas.

A liderança de Jair Bolsonaro (PSL) na corrida presidencial, que se consolidou como o candidato favorito do mercado pela pauta econômica mais liberal que a de seu oponente Fernando Haddad (PT), alavancou essas ações. Segundo cálculos do professor da Fundação Instituto de Administração Marcos Piellusch, nos últimos 30 dias, as estatais tiveram alta média de 28% na Bolsa, enquanto as companhias privadas avançaram 6%.

Ações da Cemig, Eletrobrás (PNB), Banco do Brasil, Petrobrás (PN), por exemplo, subiram, respectivamente, 47%, 39%, 34,5% e 29,7%. “Esse tipo de papel, que apanhou muito nos últimos anos, agora deu uma respirada, sobretudo com o cenário caminhando para um governo com menos interferência nas estatais”, observa Gabriel Francisco, analista da XP Investimentos Especialistas do mercado financeiro concordam que a recente valorização dessas empresas tem relação, em maior ou menor grau, com a possibilidade de elas virem a ser privatizadas na próxima gestão.

Porém, eles ressaltam que o processo de venda de ativos públicos é burocrático e demanda muitas etapas – portanto, as ações podem sofrer com grandes variações no preço durante o percurso.

Gangorra.

A volatilidade, aliás, já tem sido observada durante a própria campanha eleitoral – o que pode funcionar como um alerta para o investidor mais afoito com a perspectiva de ganhos no curto prazo. Exemplo disso é a Eletrobrás. No dia 8, após o primeiro turno, os papéis preferenciais da empresa subiram 18%, já que o plano econômico de Bolsonaro, capitaneado pelo economista Paulo Guedes, prevê uma ampla agenda de privatizações.

No dia 10, após declarações de Bolsonaro de que não privatizaria a companhia, apenas suas distribuidoras, as ações caíram quase 10%. No dia 17, em reação à rejeição do projeto de lei que destrava a venda das distribuidoras da estatal no Senado, as ações recuaram mais de 5%. Já na sexta-feira, “contagiado” pelo leilão da Cesp, o papel subiu quase 6,0%.

“Bolsa nunca deve ser um investimento para curto prazo”, diz Karel Luketic, diretor da área de análise da XP. Ele pontua que essas ações podem continuar a oferecer bons ganhos, mas o investidor deve mirar no longo prazo. “O otimismo está grande, mas ainda há eventos para acontecer e os preços podem oscilar bastante.”

O estrategista da Guide Investimentos, Luis Gustavo Pereira, ressalta, por exemplo, que há enormes dificuldades para se implementar a agenda de privatizações que o mercado espera. “Em um governo liberal, pelo menos começa a ter o embate de ideias.” Além disso, de acordo com o professor da FEA-USP Rodrigo De Losso, há mais confiança por parte do mercado na capacidade de gestão dessas empresas caso um governo liberal seja eleito.

Investimento.

Apesar da guinada recente, analistas acreditam que, para quem possui perfil de risco adequado à renda variável, ainda há espaço para entrar na Bolsa. “Vemos uma recuperação da economia, ainda que lenta, e melhora nos índices de confiança. É o momento para estar comprado”, diz Pereira, da Guide.

Como exemplos de riscos a serem monitorados pelos investidores, ele aponta o cenário externo, com aumento das taxas de juros nos EUA, e a definição da equipe econômica do próximo governo. Já De Losso, da FEA-USP, observa que, apesar de haver potencial para valorização, há um ruído de comunicação na equipe econômica do candidato do PSL em relação a muitos assuntos.

“Se não houvesse essa contradição entre Bolsonaro e Paulo Guedes, eu diria que é um ótimo momento para investir em ativos mais arriscados.” Se há espaço para a Bolsa, analistas também veem perspectivas positivas para o “kit eleição”. Francisco, da XP, que acompanha a Petrobrás, diz que, caso a política de preços seja mantida – ainda que mensal, e não diária –, a estatal, cujas ações já subiram mais de 60% no último ano, pode seguir em alta.

O papel preferencial, hoje em quase R\$ 26, pode chegar a R\$ 33 em 12 meses, projeta a corretora. Apesar do entusiasmo com o mercado acionário, é preciso ter cautela, diz De Losso, da FEA-USP. Ele, que desenvolve pesquisas em economia comportamental, acredita que o investidor comum deve preferir fundos com gestão profissional, já que pessoas físicas tendem, segundo estudos, a perder dinheiro na Bolsa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2018

Seção: Economia

Autor: Niviane Magalhães

Título: Bolsonaro confirma fusão de ministérios

Apesar das críticas à proposta de unir Meio Ambiente e Agricultura, candidato diz que integração está garantida

O candidato Jair Bolsonaro (PSL), confirmou, ontem, que, se eleito, pretende fundir os Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura. “Até o momento está garantida essa fusão. O ministro será indicado pelo setor produtivo, logicamente que a bancada do agronegócio terá seu peso nessa indicação.” Segundo o candidato, a ideia deu certo em países que juntaram essas duas pastas. “O que não podemos continuar é com dois ministérios antagônicos.”

A proposta é alvo de críticas de setores de exportação e do próprio agronegócio. Como mostrou o Estado na semana passada, essa pressão fez a equipe técnica do candidato do PSL rejeitar uma fusão das pastas do Meio Ambiente e da Agricultura.

Nas últimas semanas, o grupo de campanha do PSL recebeu análises de especialistas em comércio exterior que preveem dificuldades com fornecedores da Europa se um possível governo confirmar o aniquilamento do Meio Ambiente e sinalizar para um aumento das taxas de desmatamento na Amazônia.

Um estudo que estava sendo preparado por auxiliares do presidencialista ressalta que órgãos como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) devem estar, num eventual governo, na estrutura de um superministério de infraestrutura ou se manter como pasta independente integrada ao sistema de defesa nacional.

Desde a pré-campanha, os auxiliares de Bolsonaro já trabalhavam com a perspectiva de que uma fusão era inviável administrativamente. Eles argumentam que área ambiental atua em temas de infraestrutura e energia, por exemplo, sem conexão com a Agricultura. As críticas generalizadas levaram a equipe a descartar a integração.

Mas a palavra final é de Bolsonaro e ontem ele voltou a reafirmar sua intenção de fundir os ministérios.

Economia.

Ontem, o candidato também disse, em vídeo publicado em seu Twitter, que colocou suas demandas econômicas – entre elas, dólar competitivo, taxa de juros baixas e inflação na meta – na mesa e que o economista Paulo Guedes (cotado para ser ministro da Economia em um eventual governo PSL) disse ser possível.

“Queremos privatizar grande parte das estatais, tendo um olhar para os funcionários, levando em conta o que são empresas estatais satélites”, afirmou, acrescentando que “Paulo Guedes disse que há condição de atingir o objetivo”. Sobre carga tributária, Bolsonaro disse que se deixar como está, “temos a

certeza que o Brasil quebra, então temos de arriscar”. “A desoneração (de impostos) tem de atingir de forma positiva todo setor produtivo e não apenas alguns setores.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Camilla Venosa

Título: Embate ambiental

Diante de tantos assuntos polêmicos para debater na disputa eleitoral, a pauta do meio ambiente pode ser aquela que coloca os adversários Jair Bolsonaro, PSL, e Fernando Haddad, PT, nas posições mais claramente opostas. Com 46,03% dos votos válidos no primeiro turno, o candidato conservador propõe medidas que preocupam ativistas da área. Do outro lado da disputa, o candidato do PT, que luta para virar o jogo nos últimos dias de campanha, apresenta propostas consideradas modernas por especialistas, mas de difícil execução.

As ideias de Fernando Haddad para o meio ambiente têm maior receptividade de ativistas, ambientalistas e até de parte dos produtores. Propostas como a Reforma Fiscal Verde, que prevê a taxaçoão do carbono e a desoneração de tributos sobre investimentos verdes, têm caráter mais moderno e alinhado com o pensamento de alguns outros países que concordam com a criação de um imposto sobre a emissão de carbono, como França e Alemanha. Porém, especialistas fazem análises críticas quanto à viabilidade dos projetos do candidato do PT.

Haddad tem como uma de suas metas de governo zerar o desmatamento. Porém, o agrônomo Fernando Sampaio afirma que essa medida esbarra na questão do Código Florestal. “A legislação permite que o produtor possa desmatar uma determinada porcentagem de terra. Se isso é impedido, é um confisco ao produtor. Essa é uma medida que precisa de clareza, o que se pode fazer é um implementação do Código Florestal”, explicou Sampaio.

Em outra medida, o professor universitário quer zerar as emissões de gases do efeito estufa da matriz elétrica brasileira até 2050. Mas, a professora de finanças do Insper Berenice Righi Damke afirma que, além de investimento, essa proposta precisa levar em conta as estruturas da matriz elétrica. “É complicado concretizar de forma tão rápida. Mesmo a longo prazo, seria preciso repensar o sistema de abastecimento do Brasil com medidas claras; e precisa de

investimento”, explicou Damke.

A proposta de governo do candidato petista também passa pela regulamentação do grande agronegócio. Para o especialista de uma instituição de produtores, o problema da campanha petista está na pouca abertura à atividade. “Haddad erra claramente em seu plano de governo na falta de diálogo com o Agronegócio. Têm ideias que precisam ser mais discutidas e isso ficou de fora da pauta dele”, criticou um especialista que prefere não ser identificado.

Projeto Fênix

Em suas propostas de governo compiladas no chamado Projeto Fênix, disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro não explica detalhadamente todas as medidas que deverá tomar em relação ao meio ambiente caso seja eleito. Porém, em entrevistas e debates, ele não evitou declarações polêmicas. Uma delas seria a união dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura.

Na visão do capitão reformado do Exército, a união das pastas de ambos os ministérios não comprometeria a preservação de áreas como a Amazônia nem prejudicaria a defesa da natureza. Para ele, essa proposta colocaria um ponto final em divergências entre os ministérios. De acordo com o superintendente executivo da Fundação Pró-Natureza (Funatura), essa proposta representa um atraso nas medidas de avanço à conservação da natureza. “Isso seria um retrocesso inaceitável. O meio ambiente precisa estar na relevância de qualquer governo. Não é algo que se possa desprezar”, protestou o engenheiro florestal.

Em outra proposta, Bolsonaro diz que pretende tirar o Brasil do Acordo de Paris. O pacto prevê, como uma de suas principais medidas, a redução de gases do efeito estufa para evitar o aquecimento global. Segundo o capitão, o país paga um preço muito alto para estar no tratado e as exigências interferem na soberania nacional. Porém, Sampaio alega não haver reais razões para o Brasil abandonar o acordo. “Não tem porque sair. O Brasil pode ser um grande beneficiário do acordo e tornar-se um exemplo de produção agropecuária sustentável. Obviamente os esforços do país para cumprir as exigências do acordo precisam se reverter em ganhos. O Brasil pode se beneficiar muito ainda”, explicou.

O candidato do PSL critica também a atuação de órgãos fiscalizadores, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), condenando o que chama de indústria da multa e demora na liberação de licenças ambientais.

Em nota, o Ibama afirmou que realiza em média 1.400 operações de fiscalização ambiental por ano, o que gera R\$ 3 bilhões anualmente. Para que não haja disputas para postergar os pagamentos, o órgão incentiva a participação dos autuados no Programa de Conversão de Multas Ambientais, para que esses recursos sejam destinados à recuperação ambiental em vez de permanecerem por anos em disputa processual. A nota também esclarece que a aplicação de sanções previstas em lei, como multa, embargo, suspensão de atividades e apreensão são atribuições decorrentes do poder de polícia ambiental que está na essência do Instituto.

Bolsonaro fala também na interrupção da demarcação de terras indígenas. Durante ato contra as propostas ambientais do candidato do PSL, em Brasília, no último dia 19, Sônia Guajajara, vice da chapa de Guilherme Boulos, do Psol, discursou sobre a preocupação com as minorias. “Interromper a demarcação de terras é decretar a morte dos povos indígenas. É preciso ressaltar as principais ameaças que destroem a vida dos povos indígenas, das comunidades originárias e dos povos do campo”, concluiu.

Entidades do setor rural acompanhavam com tranquilidade as propostas ambientais do capitão reformado, porém, as fortes críticas começaram a gerar uma ruptura dentro da própria equipe de campanha de Bolsonaro. Após críticas do setor de exportação do agronegócio, a equipe técnica do candidato resolveu se posicionar de maneira contrária à fusão dos ministérios e à saída do Acordo de Paris. Em carta enviada à campanha, o ex-embaixador Rubens Barbosa lembra que a questão ambiental está conectada ao comércio com outros países. Por isso, na visão de Barbosa, é essencial manter o Brasil no Acordo de Paris.

Fiscais atacados na Amazônia

Fiscais do Ibama e ICMBio sofreram ataques durante operações na Amazônia. No sábado à noite, durante uma ação de combate ao desmatamento, na cidade de Buritis (RO), um homem ateou fogo em três viaturas do Ibama que estavam estacionadas em frente a um hotel. O fogo foi controlado por policiais, que impediram que as chamas atingissem as demais viaturas do instituto que também estavam estacionadas. Um suspeito foi preso. O órgão pediu reforço da Força Nacional. Na sexta-feira, agentes do ICMBio já haviam sido vítimas de outro ataque. Uma equipe verificava um desmatamento detectado por satélite, na Floresta Nacional Itaituba 2, em Trairão (PA), quando moradores do local queimaram uma ponte na única estrada de acesso ao local. Enquanto a equipe estava parada na ponte queimada, alguns moradores se concentraram em uma segunda ponte, a alguns metros. A Polícia Militar conseguiu dispersar as pessoas e escoltar os agentes até Itaituba.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/10/2018****Seção: Brasil****Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo****Título: Dados do Inpe sugerem aceleração da área desmatada na Amazônia**

O desmatamento da Amazônia em julho, agosto e setembro deste ano cresceu 61,2% em relação ao mesmo trimestre de 2017. No quadrimestre, de junho a setembro, o aumento foi de 36%. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e indicam que a tendência de desmate da Amazônia é de alta no período eleitoral.

Os dados são do Deter B, um sistema de detecção por satélite em tempo quase real das mudanças na cobertura vegetal da floresta. O sistema identifica e mapeia alterações na cobertura florestal com área mínima próxima a 1 hectare. O satélite revisita uma mesma área em, no máximo, cinco dias.

Embora o Deter não seja o sistema mais preciso que o Inpe usa para revelar o desmate, avisa equipes de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que a floresta está sob pressão em determinada área. O dado oficial (e anual) do desmatamento da Amazônia é divulgado geralmente em novembro e dado por outro sistema, mais preciso, o Prodes, que mede o corte raso da floresta de agosto a julho do ano seguinte.

Os dados mais recentes, de agosto para cá, não irão aparecer no resultado consolidado do desmatamento da Amazônia de 2017-2018. De agosto até meados de outubro, fase de intensificação da campanha eleitoral, o Deter B identificou quase o dobro de ações de desmate deixando o solo exposto, de degradação florestal e de atividades de mineração. "Note-se que este é o período seco, época em que historicamente mais se desmata na Amazônia, mas a tendência do que observamos no Deter é de alta", diz Claudio Almeida, coordenador do programa de monitoramento da Amazônia e demais biomas do Inpe.

Analistas dizem que há uma conjunção de fatores que podem explicar a tendência de alta. Em primeiro lugar, o câmbio favorável à exportação de commodities. Em segundo, as falas do candidato Jair Bolsonaro (PSL) e seus auxiliares sobre acabar com "a indústria da multagem", como ele diz, e reduzir o papel do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, ao dizer que vai juntar a

pasta à da Agricultura. "E, em terceiro, a mensagem política local", diz Jair Schmitt, diretor do departamento de combate ao desmatamento do MMA.

Isso é claro no Acre, por exemplo. O senador Gladson Cameli (PP) elegeu-se governador no primeiro turno, quebrando a hegemonia de 20 anos do PT no poder. "Vou abrir para o agronegócio, sem agredir o meio ambiente, obedecendo o que diz o Código Florestal", disse Cameli ao **Valor**. Segundo ele, os ex-governadores do PT "criaram a política da florestania, que era para inglês ver". De 1º de agosto a 10 de outubro o desmatamento no Acre, segundo as imagens do Deter B, chegou a 141 km², muito próximo ao consolidado de 12 meses nos três anos anteriores.

O Estado do Amazonas, há poucos anos o mais preservado da Amazônia Legal, é nova frente do desmatamento. Há muita pressão pela pavimentação da BR-319, a estrada que liga Manaus a Porto Velho. Isso pode desencadear um forte processo de desmate no Estado. A pressão para pavimentar a estrada se fortaleceu nos últimos dias. O desmatamento de julho a setembro no Estado, comparando-se os mesmos meses de 2018 e 2017, tem forte tendência de alta.

O Inpe começou a medir o desmatamento do Cerrado com o mesmo sistema do DeterB em maio. "Na Amazônia o desmatamento do trimestre foi de 1864 km², para um estoque de floresta de 3 milhões de km². No Cerrado, a relação foi de 1227 km² para um estoque de um milhão de km²", diz Almeida, do Inpe.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aneel retoma julgamento de linhões da Eletrosul

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai retomar nesta semana o julgamento do recurso apresentado pela Eletrosul relativo à decisão anterior da autarquia de recomendar a caducidade da concessão de um lote de 2,2 mil km de linhas de transmissão e R\$ 4 bilhões de investimentos no Rio Grande do Sul. De acordo com documentos vistos pelo **Valor**, a área técnica e a procuradoria-geral da agência se posicionaram favoráveis à caducidade da concessão pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

Caso o governo decrete a caducidade da concessão, a Eletrosul pode ter prejuízo de R\$ 730 milhões entre execução de garantias e investimentos na obra. A ideia da Aneel é incluir o lote novamente no próximo leilão de transmissão, previsto para 20 de dezembro.

O empreendimento, que envolve 17 novas linhas de transmissão e oito novas subestações no Rio Grande do Sul, havia sido arrematado pela Eletrosul, em leilão realizado em novembro de 2014. As instalações estavam previstas para entrar em operação no início deste ano. Com dificuldades para investir no projeto, a Eletrosul negociou a transferência da concessão para a chinesa Shanghai Electric. Dias antes do prazo para a conclusão da negociação, porém, o grupo asiático desistiu do acordo.

Com a frustração do negócio, a Aneel decidiu, no fim de setembro, recomendar ao MME a caducidade da concessão. A Eletrosul realizou processo de chamada pública para a escolha de um novo investidor, que resultou na seleção do consórcio formado por JAAC Materiais e Serviços de Engenharia e EMTEP Serviços Técnicos de Petróleo. Com isso, a estatal entrou com pedido de reconsideração da decisão anterior da Aneel.

A área técnica da agência, porém, é contrária ao pleito da Eletrosul. "Do ponto de vista de sinal regulatório, a opção claramente mais vantajosa e certamente com menor nível de incerteza para o mercado, planejamento setorial e ambiente regulatório é aquela que prioriza o processo concorrencial por meio da licitação destes empreendimentos no leilão 4/2018 [aquele previsto para 20 de dezembro]", diz o superintendente de concessões, permissões e autorizações de transmissão e distribuição da Aneel, Ivo Nazareno, em memorando. O relator do processo de caducidade da concessão do lote e do edital do próximo leilão de linhas de transmissão, o diretor Sandoval Feitosa Neto, reafirmou estar preocupado com a demora por um desfecho do caso, o que aumenta o risco de problemas no abastecimento elétrico da região Sul no futuro.

"Já se verificam dificuldades associadas ao atendimento do Rio Grande do Sul. Mas a não implantação desses empreendimentos, ou seu eventual atraso, trará potencialmente enormes prejuízos ao Estado, com reflexos também ao país, uma vez que a ausência das instalações também impactará a possibilidade de importação e exportação de energia eólica advinda do Uruguai e também o escoamento de energia elétrica a partir da termelétrica Pampa Sul", disse Sandoval, ao **Valor**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras conclui primeira fase de testes de Mero e vai às compras

Quase um ano após iniciar a produção do campo de Mero (parte noroeste de Libra), no pré-sal da Bacia de Santos, a Petrobras concluiu neste mês um primeiro ciclo de testes na área. Ao mesmo tempo em que prepara novos testes, a companhia vai às compras de bens e serviços para o projeto, que deve exigir, da estatal e seus sócios, investimentos superiores a US\$ 20 bilhões nos próximos anos.

Adquirida no primeiro leilão do regime de patilha, em 2013, por R\$ 15 bilhões, pelo consórcio formado entre a Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%) e as chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%), a área de Libra é encarada pela estatal como um dos seus três maiores tesouros no pré-sal, junto dos campos de Lula e Búzios. As reservas recuperáveis do ativo são estimadas em 3,3 bilhões de barris.

O campo opera desde novembro de 2017 em fase de teste de longa duração (etapa de obtenção de dados e informações sobre o comportamento dos reservatórios), por meio de uma plataforma provisória com capacidade para 50 mil barris/dia. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o único poço de Mero foi, desde abril, o mais produtivo do país, chegando a extrair 45 mil barris/dia de petróleo.

A produção definitiva do projeto está prevista para começar em meados de 2021, com a entrada em operação da primeira plataforma de 180 mil barris/dia de capacidade. A previsão da Petrobras é colocar mais uma plataforma em operação ao fim de 2022 e mais duas em 2024, todas com a mesma capacidade da primeira.

O gerente executivo de Libra, Fernando Borges, conta ao **Valor** que as contratações se intensificaram e que, neste momento, o consórcio busca fornecedores para uma série de pacotes de bens e serviços, dentre os quais a segunda plataforma definitiva, equipamentos submarinos e sondas de perfuração. A primeira plataforma definitiva do campo já foi contratada junto à japonesa Modec, no ano passado.

Com a flexibilização das regras de conteúdo local, os percentuais de Libra foram reduzidos para 25% para construção de poços, 40% para o sistema de coleta e escoamento e 40% para os compromissos associados à contratação da plataforma. Os índices originais eram de 55% a 59% para desenvolvimento da produção.

"Mesmo assim, esse [percentual de 40% para plataforma] continua sendo um grande desafio para conseguir atingir, mas acreditamos que com a indústria nacional voltando a se capacitar cada vez mais a gente consiga chegar próximo ou exceder os limites exigidos hoje", disse o executivo.

A estatal vive, hoje, um desafio extra com o conteúdo local da primeira plataforma. Isso porque o contrato com a Modec prevê um índice de cerca de 17%. Borges explica que na perfuração dos poços exploratórios a companhia ultrapassou os percentuais previstos em contrato e que a ideia é usar parte desse excedente de conteúdo local para abater os compromissos de nacionalização da plataforma.

"Além disso, temos conversado com a Modec, ressaltando a importância de os fornecedores locais participarem [para além dos índices previstos em contrato]... A ideia é, a partir do diálogo, convencer que em certos serviços pode ser vantajoso contratar no Brasil, porque a assistência técnica e reposição é local", disse.

Borges explica que, no primeiro ciclo de testes, entre novembro de 2017 e outubro deste ano, o consórcio conseguiu coletar informações importantes sobre o comportamento do reservatório, como por exemplo a identificação do alto teor de CO₂. Neste momento o campo está parado, para ajustes, mas a ideia é iniciar ainda neste ano a nova fase de testes com um novo poço injetor de gás, dessa vez mais próximo do poço produtor.

"O objetivo é buscar o melhor desenho possível para a maximização do fator de recuperação [de petróleo] da jazida", disse.

Mero fica na parte noroeste do bloco de Libra. Ainda falta à Petrobras explorar melhor a área localizada fora dos limites do campo. O consórcio assumiu um compromisso com a ANP de perfurar, até 2020, ao menos um poço para exploração de novas descobertas de óleo e gás na região.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Saesa retoma disputa de R\$ 1 bi com distribuidoras

A disputa de quase R\$ 1 bilhão entre Santo Antônio Energia (Saesa), consórcio formado por Odebrecht, Furnas, Cemig, Andrade Gutierrez e FIP Amazônia, responsável pela hidrelétrica de mesmo nome, no rio Madeira (RO), e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) terá mais um capítulo nesta semana. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) retoma o julgamento de agravo movido pela Saesa, que busca revalidar liminar que isenta o consórcio de responsabilidade pelo atraso no cronograma da usina.

Com o atraso no cronograma, a Saesa é obrigada a comprar energia no mercado de curto prazo, ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) - o preço spot de energia -, para honrar seus contratos com as distribuidoras no mercado regulado.

O consórcio, no entanto, argumenta que o atraso foi provocado por greves ocorridas no canteiro de obras da usina, entre 2009 e 2013. Com o excludente de responsabilidade, a Saesa estaria desobrigada do cumprimento do contrato no mercado regulado. Nesse caso, as distribuidoras então é que deveriam comprar energia no mercado de curto prazo para atender a demanda descoberta. O custo dessa compra de energia seria então repassado ao consumidor por meio dos reajustes tarifários anuais.

A Saesa já havia obtido uma liminar nesse sentido concedida pela Justiça do Distrito Federal, que foi derrubada posteriormente pelo STJ. Na segunda tentativa, com um pedido diferente, o consórcio obteve outra liminar, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A liminar, porém, também foi derrubada pelo STJ, que agora analisará agravo interno movido pelo consórcio.

O placar da disputa está 1 x 0 em favor da Abradee, já que a ministra Laurita Vaz votou contrariamente ao pleito da Saesa. O ministro Felix Fischer, então, pediu vista do processo e pretende retomar a votação nesta semana.

Para Vitor Alves de Brito, advogado do escritório Sergio Bermudes, que representa a Abradee no caso, a intenção da Saesa é de repassar o risco para o consumidor. Isso porque, na verdade, o consórcio havia se comprometido com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a antecipar o cronograma da usina, tendo assim um volume maior de energia para comercializar no mercado livre, antes do início do contrato no mercado regulado. O atraso na implantação do projeto, porém, comprometeu a antecipação prevista.

"Não é justo que os consumidores cativos, através das distribuidoras de energia elétrica, sejam responsabilizados por um estratagemas da Santo Antônio Energia de vender energia no mercado livre e agora não querer honrar a energia no mercado regulado", disse ele.

Em paralelo, a Saesa tentou obter nova liminar, em outra ação na Justiça. Na segunda semana de outubro, o desembargador federal Souza Prudente, do TRF1, concedeu liminar acatando parcialmente o pleito do consórcio. Na prática, em vez de suspender os efeitos do contrato no mercado regulado, desobrigando a empresa de ter que comprar energia no mercado de curto prazo para honrar seus compromissos, o magistrado decidiu apenas que Saesa não sofra as penalizações previstas pelo descumprimento do contrato, até que a ação originária tenha transitado em julgado.

Na decisão, o desembargador determinou à Aneel que emita comando específico à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que seja afastada a possibilidade de redução e rescisão dos contratos de compra e venda de energia da Saesa, perda de outorga, suspensão ou desligamento da CCEE até o trânsito em julgado da ação originária.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/10/2018****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Horário de verão confuso

Pela segunda vez em seis dias, os smartphones deixaram os brasileiros confusos em relação ao início do horário de verão. Os relógios dos aparelhos com sistemas operacionais Android e iOS e dos computadores adiantaram seus relógios em uma hora na madrugada do domingo. Este problema ocorreu porque, tradicionalmente, o horário de verão começa à meia-noite do terceiro domingo de outubro. Neste ano, a alteração foi adiada para o primeiro domingo após o segundo turno das eleições. Os celulares estavam programados automaticamente para fazer a mudança.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Votorantim Energia e CPPIB entre as grandes geradores**

A joint venture lançada no fim do ano passado entre a Votorantim Energia e a gestora Canadian Pension Plan Investment Board (CPPIB) deu mais um passo na estratégia de crescer em energias renováveis e entrou no grupo das grandes geradoras do país ao arrematar o controle da Cesp no leilão realizado na sexta-feira pelo governo de São Paulo.

Os 1.627 megawatts (MW) de potência da Cesp vão se somar aos 564 MW de capacidade instalada que a joint venture já tem, por meio dois complexos de energia eólica adquiridos ano passado da Casa dos Ventos. Com pouco mais de 2,1 mil MW, a empresa se aproxima de grupos tradicionais do setor, como por exemplo a AES Tietê, que tem 2,6 mil MW

Com uma oferta de R\$ 14,60 por ação da Cesp, prêmio de 2,1% em relação ao preço mínimo de R\$ 14,30, a joint venture vai desembolsar, neste momento, R\$ 1,7 bilhão pela fatia de 35,6% do capital social da estatal - incluindo 80,2% das ações com direito a voto. Depois de concluída a aquisição, que ainda depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as empresas precisarão lançar uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), que pode fazer o desembolso total chegar a R\$ 4,8 bilhões, caso seja adquirida a totalidade da companhia.

Além disso, a compradora vai pagar R\$ 1,4 bilhão à União em outorga para renovar a concessão da hidrelétrica Porto Primavera, principal ativo da Cesp, por 20 anos adicionais a partir de 2028, quando venceria o contrato atual.

Segundo Fábio Zanfelize, presidente da Votorantim Energia, a Cesp se encaixou na estratégia de investir em energias renováveis no Brasil. "O 'funding' será feito pelas próprias empresas, Votorantim e CPPIB, na proporção de 50% e 50%", disse o executivo, em conversa com jornalistas depois do leilão.

Segundo fontes, a Votorantim terá recursos para fazer frente aos desembolsos quando for o momento. A venda da participação na Fibria ajudou nesse sentido.

Como o bônus de outorga só é pago após assinatura do contrato de concessão, o que deve acontecer entre dezembro e janeiro, a estrutura do pagamento só será divulgada depois. A estratégia de gestão da Cesp também só será informada ao público posteriormente. "Já temos tudo pensado e definido sobre o pagamento, mas só daremos detalhes quando obtivermos as aprovações", disse Zanfelize.

A gestão de hidrelétricas não é novidade para a Votorantim Energia, que opera 2,2 gigawatts (GW) de capacidade instalada em hidrelétricas investidas do grupo Votorantim. Embora tenha sido lançada há quase um ano, a joint venture com o CPPIB não tem nome, mas uma consultoria especializada foi contratada e em breve haverá o lançamento da nova marca.

A venda da Cesp também foi uma vitória para o governo de São Paulo, que, depois de 22 anos e na quinta tentativa, conseguiu privatizar a empresa. As ações preferenciais classe B (PNB) da companhia fecharam com alta de 16,12% na sexta-feira, a R\$ 17,66, maior cotação deste maio de 2017.

A expectativa é que a companhia ganhe valor com uma gestão mais eficiente. Em relatório, os analistas do Bradesco BBI, Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira, recomendaram aos acionistas minoritários da companhia que não vendam suas participações na OPA que será lançada a R\$ 14,60 por ação. "Nós estimamos que uma Cesp privatizada pode valer facilmente em torno de

R\$ 27 por ação, 85% acima do preço atual", escreveram, em relatório publicado na sexta-feira.

Segundo os analistas, os novos donos poderão destravar valor na Cesp por meio de medidas como negociações de passivos e contingências judiciais e cortes de custos operacionais, para aproximar a companhia dos níveis vistos em seus pares no setor privado. "A administração da Votorantim Energia está bem equipada para a tarefa, e os acionistas minoritários devem permanecer sócios para se beneficiarem do 'turnaround'."

Considerando também os 5% do capital social da Cesp que será oferecido aos funcionários da companhia, o governo paulista pode levantar R\$ 1,9 bilhão na operação.

O governador de São Paulo, Márcio França (PSB), celebrou o resultado do leilão. "Mais uma vez, São Paulo dá o exemplo de que podemos priorizar os serviços públicos essenciais. Há tempos, a Cesp tinha dificuldades, não fazia mais sentido ser pública", disse, em coletiva depois do leilão.

Segundo ele, nas mãos dos novos donos, a companhia vai gerar mais empregos e faturamento. "Dá pra separar as tarefas públicas e utilizar os recursos para fazer as coisas públicas funcionarem adequadamente", disse o governador, que tenta a reeleição.

MME / ASCOM .